



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**RELATÓRIO PRELIMINAR DE FISCALIZAÇÃO**



**DISTRITO DE RIO FUNDO  
MARECHAL FLORIANO - ES  
COORDENADAS GEOGRÁFICAS**



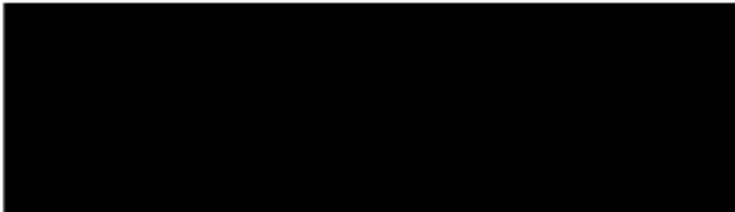


**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**

**EQUIPE PARTICIPANTE DA OPERAÇÃO:**

**SRTE/ES – Ministério do Trabalho e Emprego**

**Auditores Fiscais do Trabalho:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**Procuradora do Trabalho**



**POLÍCIA FEDERAL –**

**Agentes de Polícia Federal**



**CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS**





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**NDICE**

1-DADOS DO EMPREGADOR.....	Fls
2-DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO.....	Fls
3-ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA.....	Fls
4-AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS.....	Fls
5-DA MOTIVAÇÃO DA AÇÃO FISCAL.....	Fls
6- DA DESCRIÇÃO MINUCIOSA DA AÇÃO FISCAL RELACIONADA	
7-DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.....	Fls

ANEXOS

RELAÇÃO DAS GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO.....	A01
DEPOIMENTOS ATERMADOS.....	A02
RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO.....	A03



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**1-DADOS DO EMPREGADOR**

**ESTABELECIMENTO:** [REDACTED]

**RAZÃO SOCIAL:** [REDACTED]

**LOCALIZAÇÃO:** Distrito de Rio Fundo – Marechal FLORIANO - ES

**CPF DO EMPREGADOR:** [REDACTED]

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Rua [REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

## 2-DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados Alcançados	02
Registrados sob Ação Fiscal	02
Resgatados - Total	01
Mulheres Registradas	00
Mulheres Resgatadas	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores Estrangeiros	00
Trabalhadores Estrangeiros Registrados	00
Trabalhadores Estrangeiros Resgatados	00
Trabalhadores Estrangeiros– Mulheres - Resgatadas	00
Trabalhadores Estrangeiros– Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores Estrangeiros– Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado	01
Valor bruto das rescisões	R\$ 102.175,33
Valor líquido recebido	<b>AINDA SEM PAGAMENTO</b>
Valor Dano Moral Individual	R\$0,00
Nº de Autos de Infração lavrados	10
Termos de Apreensão de Documentos	00
FGTS recolhido	0,00
Termos de Suspensão de Interdição	00
Prisões efetuadas	00
CTPS emitidas (DIGITAIS)	01





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### 3 - ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA

A propriedade investigada trata-se de um sítio com área de 200.000 m<sup>2</sup>, com parte em litígio judicial, em área de grande altitude e acidentada, que se dedicava a um pequeno cultivo de café e alguma plantação de hortaliças para consumo da propriedade.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

#### **4 -AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS PELA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO**

**Empregador** [REDACTED]

**1** 226224961 0017272 Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção do trabalho, quer seja submetido a regime de trabalho forçado, quer seja reduzido à condição análoga à de escravo.

(Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 2ºC da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990.)

25/09/2023

**2** 226242218 0013870 Deixar de conceder ao empregado férias anuais a que fez jus.

(Art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho.)

26/09/2023

**3** 226242226 0014087 Deixar de efetuar o pagamento, a título de adiantamento do 13º (décimo terceiro) salário, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, da metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.

(Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 2º, caput, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.)

26/09/2023

**4** 226242234 0014079 Deixar de efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, no valor legal.

(Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 1º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.)

26/09/2023

**5** 226242242 0015130 Deixar de pagar ao empregado a remuneração, à que fizer jus, correspondente ao repouso semanal.

(Art. 7 da Lei nº 605/1949.)

26/09/2023

**6** 226242251 0013986 Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.

(Art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.)

26/09/2023

**7** 226242269 1318349 Deixar de garantir a realização de exames médicos ou realizar exames médicos em desacordo com os requisitos previstos no item 31.3.7 e respectivos subitens da NR 31.

(Artigo 13 da Lei 5.889/1973 c/c itens 31.3.7, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", 31.3.7.1, 31.3.7.1.1,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

31.3.7.1.2 e 31.3.7.1.3 da NR-31, com redação da Portaria SEPRT nº 22.677, de 22 de outubro de 2020.)

26/09/2023

**8** 226242277 1318357 Deixar de providenciar a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO em duas vias para cada exame clínico ocupacional, ou providenciar a emissão do ASO sem o conteúdo previsto no item 31.3.8 da NR 31, e/ou deixar de entregar o resultado de exames complementares ao trabalhador, em meio físico, mediante recibo, quando não realizado exame clínico, e/ou deixar de manter a primeira via do ASO à disposição da fiscalização e/ou de entregar a segunda via ao trabalhador em meio físico, mediante recibo.

(Artigo 13 da Lei 5.889/1973 c/c itens 31.3.8, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", 31.3.8.1 e 31.3.8.2 da NR-31, com redação da Portaria SEPRT nº 22.677/2020.)

26/09/2023

**9** 226242285 1318888 Deixar de projetar, construir, operar e/ou manter todas as partes das instalações elétricas de maneira a prevenir, por meios seguros, os perigos de choque elétrico e outros tipos de acidentes.

(Artigo 13 da Lei 5.889/1973 c/c item 31.10.1 da NR-31, com redação da Portaria SEPRT nº 22.677, de 22 de outubro de 2020.)

26/09/2023

**10** 226242293 0017752 Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, o empregador não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

(Art. 41, caput, c/c art. 47, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.)





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

## 5- DA MOTIVAÇÃO DA AÇÃO FISCAL

A ação fiscal teve origem em uma denúncia oferecida ao DISQUE 100 do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que se transformou no **Procedimento n.º 000877.2023.17.000/6 do MPT da 17ª Região**. O relato é o que se segue:



PROTOCOLO DE ATENDIMENTO: 1850279  
DATA DE REGISTRO DO ATENDIMENTO: 13/06/2023  
CANAL DE ATENDIMENTO: TELEFÔNICO

### LOCAL DA OCORRÊNCIA



### RELATO DA OCORRÊNCIA

Vínculo suspeito(a) x vítimas:

Registro de denúncia anterior contra o suspeito: NÃO

Para qual órgão? Dê mais informações sobre a denúncia anterior:

Data da última ocorrência:

Frequência das violações: DIARIAMENTE

Há quanto tempo ocorre: HÁ MAIS DE CINCO ANOS



ONDH - DISQUE 100/LIGUE 180  
End. Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar, Sala 912 Cep: 70.054-906, Brasília/DF  
Telefone: Ligue 180 / Disque 100 e digite o código 248  
E-mail: disquedireitoshumanos@mdh.gov.br ou central180@mdh.gov.br





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

*“Denunciante informa que a vítima idosa trabalha em um sítio desde o ano de 2018, ele possui familiares que moram na cidade de Ibatiba, não pode visitá-los, pois não recebe pagamento. A vítima é hipertensa trabalha em troca de comida, o suspeito só vai ao sítio ocasionalmente para levar comida. Relata que o dono do sítio que o contratou disse que ele ia receber um salário mínimo, que seria descontado na alimentação e a outra parte seria guardado em um banco. Relata que o suspeito é violento, a vítima tem muito medo dele. Informa que até hoje o idoso não recebeu nenhum valor em dinheiro, faz serviços por fora em troca de bebidas, ele gosta de beber de vez em quando, não recebe dinheiro dos serviços feitos, ele quer sair do local, porém nunca recebeu salário, não tem família nesta cidade. Pede ajuda para descobrir os familiares dele. O idoso sofre trabalhando sem receber nada em troca. Vítima idosa em situação de vulnerabilidade”*

Tendo em vista a gravidade dos relatos detalhados na denúncia, a incluímos para atendimento imediato no curso da **Operação Resgate III**, realizada em todo o território nacional entre os dias 21 de agosto de 2023 e 01 de setembro de 2023.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

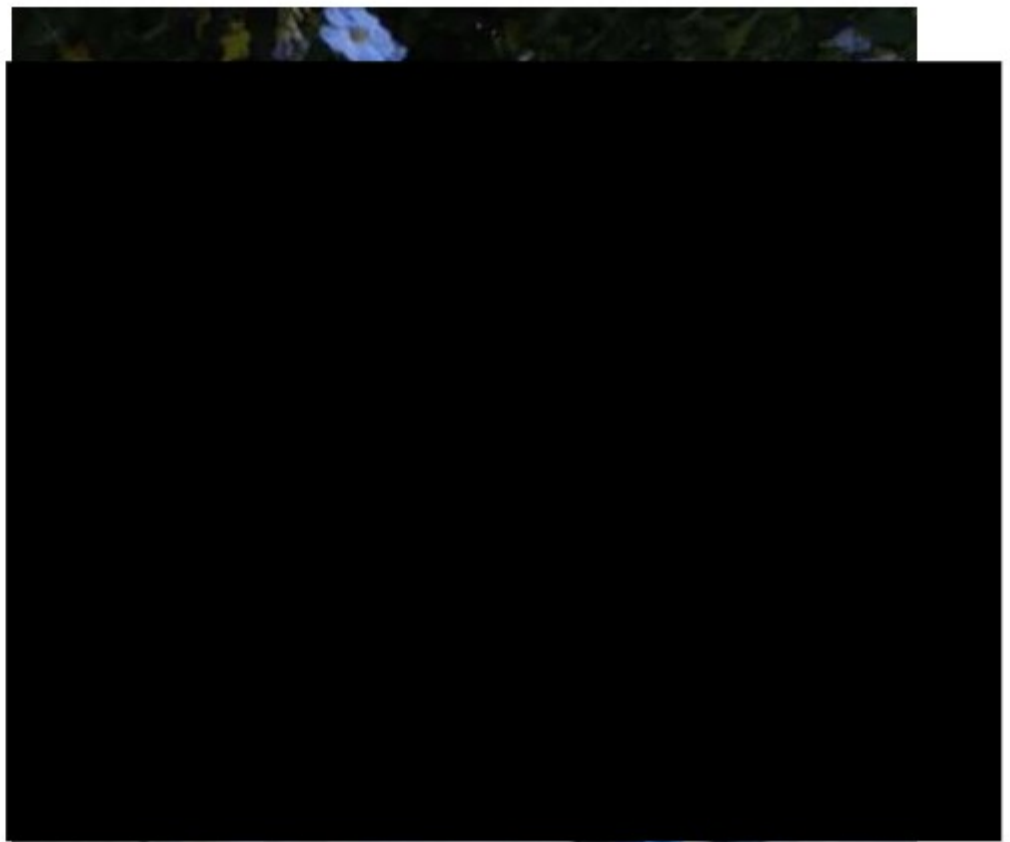
**6 - DA DESCRIÇÃO MINUCIOSA DA AÇÃO FISCAL RELACIONADA**

Primeiramente, organizamos uma equipe composta pelos Auditores Fiscais do Trabalho



Desta forma, a equipe se dirigiu até o local denunciado na tarde do dia 22/08/2023, lá chegando por volta das 14 horas. O local da propriedade era de difícil acesso, montanhoso e acidentado, mas foi possível alcançar a propriedade. No local encontramos os trabalhadores

, nascido em 08/05/1960 e o casal  que se encontravam no local há menos de um mês.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

A moradia fornecida pelo empregador e ocupada pelo idoso não era completamente habitável. Havia instalações elétricas com risco de curto-circuito e choque elétrico. O sanitário estava em péssimas condições de higiene e limpeza e não havia papel higiênico nele.







MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

No quarto ocupado pelo empregado não havia armário para a guarda de seus pertences e o colchão da cama não era certificado pelo INMETRO. Na cozinha havia um fogão e uma geladeira com poucos alimentos. A parte da edificação de madeira permitia a entrada dos efeitos das intempéries, apesar da região ser localizada em grande altitude e a sensação térmica de frio ser intensa.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Entretanto, o fato que nos levou a concluir pela condição de **submissão do trabalhador a condição análoga à de escravo** foi em relação às atividades realizadas pelo empregado e a não remuneração das mesmas. O empregado [REDACTED] havia chegado na propriedade há cerca de seis anos após ser chamado por seu sobrinho, de nome [REDACTED] ambos provenientes da cidade de Ibatiba, também no estado do Espírito Santo.

O s [REDACTED] trabalharia nos tratos culturais da lavoura de café da propriedade bem como cuidaria do sítio na condição de caseiro (empregado doméstico), na ausência do proprietário, [REDACTED]. Para isto o proprietário lhe prometeu uma remuneração de meio salário mínimo e o fornecimento de moradia e alimentação. Algum tempo depois seu sobrinho foi embora do sítio, após o falecimento de sua esposa, permanecendo sozinho no trabalho. O trabalhador afirmou que **não foi ajustado nenhum percentual** em relação aos frutos da produção do café nem mesmo se recorda de ter assinado qualquer contrato de parceria com o empregador, ainda mais tendo em vista a sua condição de **analfabeto**.

Em relação a remuneração, o empregado afirmou que **nunca recebeu nenhuma remuneração em dinheiro do proprietário** durante todos estes anos de prestação laboral. O trabalhador, quando sentia necessidade de receber algum dinheiro em espécie, fazia serviços de “faxina” para o vizinho da propriedade, de nome [REDACTED]. Fazia isto para satisfazer sua necessidade de consumir bebidas alcoólicas, fato confirmado por ele próprio, pelo proprietário do sítio e todos os membros de sua família em Ibatiba. O sr [REDACTED] também afirmou que desejava retornar para a casa de sua família mas não o fez por dois motivos: pela promessa do sr [REDACTED] em lhe aposentar e por não possuir nenhum dinheiro “nem para pagar uma passagem de ônibus”. Dessa forma, sua



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

liberdade de locomoção encontrava-se completamente restringida em face de sua situação de **vulnerabilidade (idoso, alcoólico e analfabeto)** e pela total ausência de recursos para se deslocar do local.

## 7- DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

Concluída a inspeção na propriedade denunciada, por força da **Instrução Normativa nº 02 /2021 SIT/MTE** os Auditores Fiscais integrantes do grupo de fiscalização incluíram a situação flagrada nos **itens I e III da referida Instrução**, a saber:

*Art. 23. Considera-se em condição análoga à de escravo o trabalhador submetido, de forma isolada ou conjuntamente, a:*

*I - **trabalho forçado**;*

*II - ...*

*III - ...*

*IV - ...*

*V – **retenção no local de trabalho em razão de:***

*a) **cerceamento do uso de qualquer meio de transporte** ;*

Desta forma, no mesmo diploma legal:

*Art. 24. Para os fins previstos no presente Capítulo:*

*I - **trabalho forçado** é aquele exigido sob ameaça de sanção física ou psicológica e para o qual o trabalhador não tenha se oferecido ou no qual não deseje permanecer espontaneamente;*

*II ...*

*III...*

*IV...*

*V **cerceamento do uso de qualquer meio de transporte** é toda forma de limitação ao uso de meio de transporte existente, particular ou público, possível de ser utilizado pelo trabalhador para deixar local de trabalho ou de alojamento;*





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Por fim, o ANEXO II da Instrução Normativa nº 02 estabelece:

*1 - São indicadores de submissão de trabalhador a trabalhos forçados:*

*1.1 ...*

*1.2 arregimentação de trabalhador por meio de ameaça, fraude, engano, coação ou outros artifícios que levem a vício de consentimento, tais como falsas promessas no momento do recrutamento ou pagamento a pessoa que possui poder hierárquico ou de mando sobre o trabalhador;*

*1.3 manutenção de trabalhador na prestação de serviços por meio de ameaça, fraude, engano, coação ou outros artifícios que levem a vício de consentimento quanto a sua liberdade de dispor da força de trabalho e de encerrar a relação de trabalho;*

*1.4 ...*

*1.5 exploração da situação de vulnerabilidade de trabalhador para inserir no contrato de trabalho, formal ou informalmente, condições ou cláusulas abusivas;*

*1.6 ...*

*1.7 induzimento ou obrigação do trabalhador a assinar documentos em branco, com informações inverídicas ou a respeito das quais o trabalhador não tenha o entendimento devido;*

*1.8 ...*

Conclusa a 1ª inspeção ainda no dia **22/08/2023**, entramos em contato com o empregado [REDACTED] por via telefônica. Agendamos uma audiência com o mesmo para o dia **25/08/2023** para exposição da situação flagrada, apresentação da notificação de afastamento do empregado, cálculos rescisórios devidos ao empregado, bem como de sua oitiva para as explicações devidas.

Dando continuidade aos procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 2 de 2021 conduzimos o empregado [REDACTED] para um hotel na cidade de [REDACTED] distante 13km da propriedade fiscalizada. Ressalte-se que todas as despesas de alojamento e alimentação do empregado resgatado foram custeadas pelo





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Auditor-Fiscal do Trabalho coordenador da operação. No dia seguinte, 23/08/2023, nos dirigimos primeiramente até o CREAS do município onde o empregado resgatado foi incluído nos sistemas de proteção social do governo federal e procedida a sua oitiva na presença da Exma Procuradora do Trabalho, dos Auditores-Fiscais do Trabalho e dos integrantes do CREAS local. Ao mesmo tempo emitimos a Guia de **Seguro Desemprego de Trabalhador Resgatado** para o empregado, com saque previsto para o dia 30/08/2023.

Findos os procedimentos ainda na manhã do dia 23/08/2023 conduzimos o empregado resgatado para a Unidade de Saúde da sede do município para a realização de exames médicos. Foi constatado pelo médico atendente uma suspeita de esquistossomose, a ser investigada pela Unidade de Saúde da cidade de destino do empregado. A se confirmar tal suspeita, certamente será devido a água consumida na propriedade, proveniente de um poço artesiano sem filtragem.

Por fim, conduzimos o empregado resgatado, em veículo da fiscalização, até a casa de seus familiares situada na cidade de Ibatiba, distante cerca de 100 km do local.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Em Ibatiba, nos dirigimos até a casa dos familiares do sr [REDACTED] sito à RUA [REDACTED] — [REDACTED] onde o trabalhador resgatado se abrigou. Orientamos seus familiares a levá-lo até a Unidade de Saúde local informando também que o CREAS local o procuraria. Entregamos também a guia de Seguro Desemprego aos familiares do empregado e reafirmamos a necessidade do resgatado de emitir a 2ª via de sua Carteira de Identidade.

Durante a oitiva do empregado, foi informado pelos Agentes de Polícia Federal que nos acompanhavam que **CONSTATOU-SE RECEBIMENTOS DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL (BEM) NO NOME DO EMPREGADO RESGATADO**. Escutado o empregado, este disse que **jamaís recebeu** qualquer valor de tal benefício. É necessário investigar quem recebeu tal valor em nome do empregado resgatado.

No dia 25/08/2023 o empregador compareceu a sede do MPT da 17ª Região, acompanhado de seu representante legal, para prestar esclarecimentos. Afirmou que havia feito um contrato de parceria com o sr [REDACTED] sobrinho do empregado resgatado, e que, tempos depois, incluiu o sr [REDACTED] no referido contrato. Apresentou o documento com uma suposta digital do empregado em aditivo consignado na última página do contrato. Este contrato de parceria referia-se apenas ao cultivo de café da propriedade, nada descrevendo em relação as demais atividades exercidas pelo empregado no sítio. Inquirido, afirmou também que a renda do café recolhido teria alcançado o montante de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) **nos últimos 03 anos** de produção, valor este que deveria ser dividido na proporção de 60/40 com o resgatado, não apresentando na ocasião qualquer nota de venda do café ou recibo de valores por parte do empregado. Mais tarde apresentou junto ao MPT as notas de produtor da venda do café e alguns documentos de adiantamentos assinados com impressão digital. O empregado, **analfabeto**, declarou não ter recebido pagamento algum, e, tais documentos, sem a chancela de testemunhas, não



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

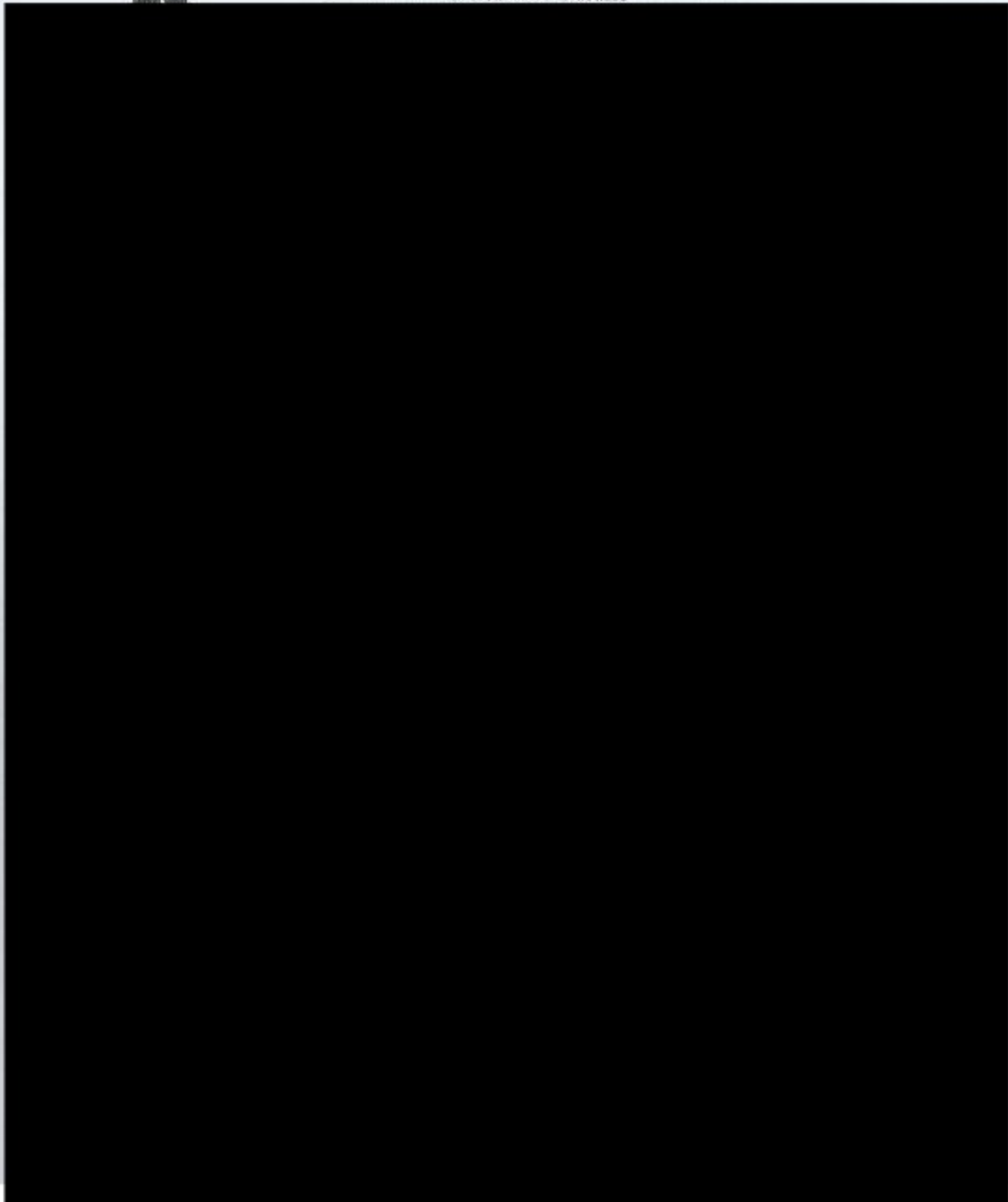
devem prosperar dada a condição do empregado. De toda sorte, mesmo se considerando o contrato de parceria como válido, isto não afastaria a **relação de emprego** existente com o empregado na condição de empregado doméstico, caseiro da propriedade.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho providenciaram a notificação prevista na Instrução Normativa nº 02 bem como a planilha a ela anexa, determinando os valores apurados pela inspeção e devidos ao empregado. O montante apurado foi de **RS102.175,33 (cento e dois mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e três centavos)**



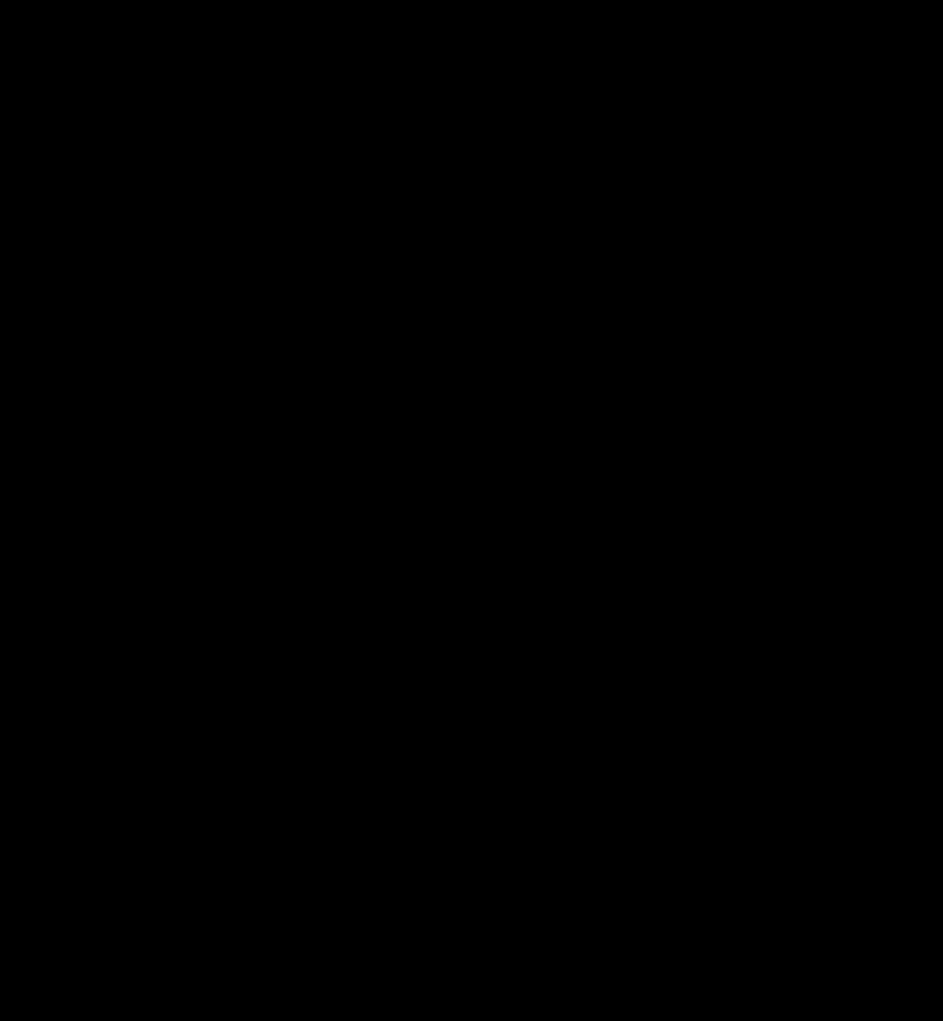
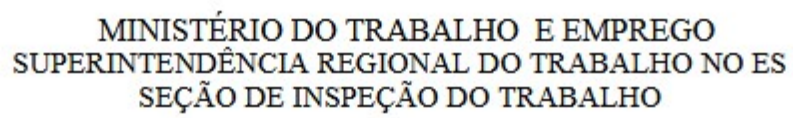
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
Secretaria de Trabalho



***NOTIFICAÇÃO PREVISTA NA IN 02/2021 SIT/MTE ENTREGUE***



**PLANILHA COM OS VALORES APURADOS PELA INSPEÇÃO ENTREGUE**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ES  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

A Exma sra Procuradora do Trabalho determinou a data de 25/09/2023 para nova audiência de conciliação com o fito de se evitar a judicialização da questão. A assistência ao empregado será efetuada por meio do CREAS de Ibatiba bem como por parte de sua família até a resolução da questão.

Não houve acordo na data agendada pela EXMA sra Procuradora do Trabalho, razão pela qual encerramos administrativamente a ação fiscal.

